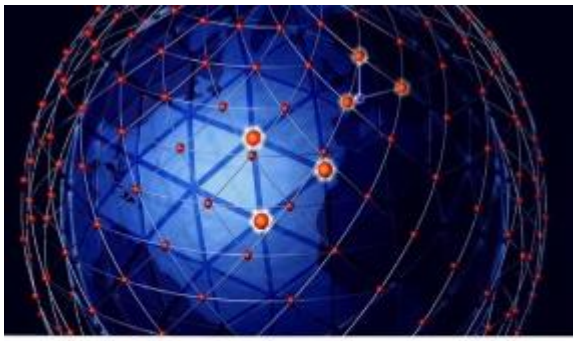

EmSociedade

ENTRE A RELIGIÃO E A IDEOLOGIA: CONSERVADORISMO MORAL E VOTO NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2018 E 2022

BETWEEN RELIGION AND IDEOLOGY: MORAL CONSERVATISM AND VOTING IN THE BRAZILIAN ELECTIONS OF 2018 AND 2022

Yuri de Lima Ribeiro[1]

Resumo

O artigo analisa a relação entre religiosidade, conservadorismo moral, atitudes autoritárias, ideologia e voto em Jair Bolsonaro nos segundos turnos das eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022. A análise utiliza dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e modelos de regressão logística estimados separadamente para cada eleição. A religiosidade é examinada por meio do pertencimento evangélico, da frequência religiosa e da confiança na Igreja Evangélica. Os resultados mostram que o pertencimento evangélico permanece associado ao voto em Bolsonaro nos modelos completos de 2018 e 2022. As demais dimensões religiosas apresentam diferenças entre os pleitos: a frequência religiosa permanece associada ao voto em 2018, enquanto a confiança na Igreja Evangélica permanece associada em 2022.

[1] Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Mestre em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e é editor-chefe da ZIZ: Revista Discente de Ciência Política. https://orcid.org/0000-0003-2795-8633 - **E-mail:** yurilr@gmail.com

Conservadorismo moral, atitudes autoritárias e autoposicionamento ideológico à direita também apresentam associações com o voto nos modelos completos dos dois anos. Entre as três variáveis políticas padronizadas, a ideologia apresenta o maior odds ratio em ambas as eleições. Os resultados indicam que a associação entre religião e voto em Bolsonaro permanece quando diferentes atitudes políticas são consideradas nos modelos, mas varia conforme a dimensão da religiosidade analisada.

Palavras-chave: religião; conservadorismo moral; autoritarismo; ideologia; comportamento eleitoral.

Abstract

This article analyzes the relationship between religiosity, moral conservatism, authoritarian attitudes, ideology, and voting for Jair Bolsonaro in the second rounds of the 2018 and 2022 Brazilian presidential elections. The analysis uses data from the Brazilian Electoral Study (ESEB) and logistic regression models estimated separately for each election. Religiosity is examined through evangelical affiliation, religious attendance, and trust in the Evangelical Church. The results show that evangelical affiliation remains associated with voting for Bolsonaro in the full models for both 2018 and 2022. The other dimensions of religiosity differ between the two elections: religious attendance remains associated with the vote in 2018, whereas trust in the Evangelical Church remains associated in 2022. Moral conservatism, authoritarian attitudes, and right-wing ideological self-placement are also associated with voting for Bolsonaro in the full models for both years. Among the three standardized political variables, ideology has the largest odds ratio in both elections. The results indicate that the association between religion and voting for Bolsonaro remains when different political attitudes are considered in the models, but varies according to the dimension of religiosity analyzed.

Keywords: religion; moral conservatism; authoritarianism; ideology; electoral behavior.

1 INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022 ocorreram em um contexto de polarização política, crescimento eleitoral da direita e maior presença pública de atores religiosos. A candidatura de Jair Bolsonaro reuniu pautas relacionadas à moralidade, autoridade, religião e oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse processo, o discurso político de Bolsonaro mobilizou referências religiosas e valores associados à moralidade cristã, aproximando religião e política na construção de uma identidade conservadora (Bissiati, 2022).

A literatura sobre religião e comportamento eleitoral no Brasil identifica relações entre pertencimento religioso, posições morais conservadoras e preferências eleitorais à direita. Bohn (2004) analisou o perfil socioeconômico e as afinidades ideológicas dos evangélicos brasileiros e encontrou maior proximidade desse segmento com posições conservadoras no campo moral. Estudos posteriores examinaram o crescimento da participação evangélica na política

institucional e a atuação de grupos religiosos em disputas políticas e morais (Silva, 2017). Burity (2023), por sua vez, discute a aproximação entre religião e populismo no contexto político recente, incluindo as formas assumidas por essa relação durante a ascensão de Bolsonaro.

O apoio religioso a Jair Bolsonaro também foi analisado em relação ao conservadorismo ideológico e ao antipetismo. Luz (2025), ao estudar a eleição presidencial de 2018, encontrou relações entre religião, ideologia conservadora e rejeição ao PT, com diferenças entre segmentos religiosos. Esses resultados indicam que o pertencimento religioso deve ser examinado em conjunto com outras atitudes políticas. Identificação religiosa, posições conservadoras sobre costumes, atitudes diante da autoridade política e autoposicionamento ideológico podem estar relacionados sem constituírem uma única dimensão.

A comparação entre 2018 e 2022 permite examinar essas relações em dois momentos distintos do bolsonarismo. Em 2018, Bolsonaro disputou a Presidência pela primeira vez. Em 2022, concorreu à reeleição após quatro anos na Presidência. O artigo analisa se religiosidade, conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia apresentam associações com o voto em Bolsonaro nos dois pleitos e como essas associações se comportam quando as diferentes dimensões são consideradas conjuntamente.

O objetivo é verificar em que medida as variáveis religiosas permanecem associadas ao voto em Bolsonaro após a inclusão de indicadores de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e autoposicionamento ideológico. A religiosidade é examinada por três medidas distintas: pertencimento evangélico, frequência religiosa e confiança na Igreja Evangélica. Essa separação permite verificar se diferentes dimensões da religiosidade apresentam o mesmo comportamento nos modelos.

A hipótese central sustenta que a associação entre religião e voto em Bolsonaro permanece após a inclusão das demais variáveis políticas, embora sua magnitude possa variar com a entrada do conservadorismo moral, das atitudes autoritárias e da ideologia. A análise também examina o autoposicionamento ideológico à direita nos dois pleitos. As diferenças encontradas entre 2018 e 2022 são tratadas como comparações entre modelos estimados separadamente, sem pressupor que diferenças entre coeficientes representem mudanças estatisticamente testadas entre as eleições.

A pesquisa utiliza dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018 e 2022. A variável dependente corresponde ao voto declarado no segundo turno, codificado como 1 para Jair Bolsonaro e 0 para Fernando Haddad, em 2018, e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022. Foram estimados cinco modelos de regressão logística para cada eleição. As especificações partem dos controles sociodemográficos e acrescentam sucessivamente religiosidade, conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia.

2 RELIGIÃO, CONSERVADORISMO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

A relação entre religião e política no Brasil antecede a formação recente do bolsonarismo. O crescimento das igrejas evangélicas foi acompanhado pela ampliação da participação eleitoral e institucional desses grupos. Bohn (2004), ao analisar dados do ESEB 2002, encontrou diferenças entre segmentos religiosos quanto às opiniões políticas e identificou entre os evangélicos maior tendência a posições conservadoras no campo moral. A autora também mostrou que pertencimento religioso, posicionamento ideológico e comportamento eleitoral não constituíam dimensões equivalentes.

A presença política de atores religiosos passou a ocorrer por diferentes formas de participação institucional. Silva (2017) discute a relação entre religião e política no Brasil a partir da atuação de grupos religiosos em instituições representativas e disputas públicas. Burity (2020), ao examinar a formação de uma nova direita cristã no período posterior ao ~~impeachment~~*impeachment* de Dilma Rousseff, identifica a participação de atores religiosos em uma articulação política conservadora que ganhou espaço durante a ascensão de Jair Bolsonaro.

Esse processo também ocorreu em um período de reorganização da direita brasileira. Quadros e Madeira (2018), ao analisarem a atuação da bancada evangélica e da bancada da bala entre 2010 e 2017, identificaram parlamentares que passaram a mobilizar de forma explícita categorias vinculadas à direita e ao conservadorismo. Os autores associam essa atuação a pautas relacionadas à moralidade, costumes e segurança pública. A presença da bancada evangélica nesse processo aproxima a discussão sobre religião das transformações recentes da representação política conservadora.

A eleição de 2018 acrescentou outra dimensão a esse processo. O crescimento eleitoral de Bolsonaro ocorreu em um período marcado por forte oposição ao Partido dos Trabalhadores. Samuels e Zucco (2018) mostram que petismo e antipetismo constituíram referências relevantes

para atitudes políticas e comportamento eleitoral no Brasil. Essa divisão partidária fornece parte do contexto no qual ocorreu a eleição de 2018, embora antipetismo não seja uma variável incluída nos modelos estimados neste artigo.

O bolsonarismo reuniu posições políticas que não se limitam ao pertencimento religioso. Rennó (2022) trata o fenômeno como um alinhamento eleitoral de direita associado a posições conservadoras e a atitudes diante da democracia. Essa abordagem permite distinguir diferentes dimensões presentes entre os eleitores de Bolsonaro. Conservadorismo moral, atitudes autoritárias e identificação ideológica à direita podem estar relacionados, mas não devem ser considerados sinônimos.

O conservadorismo moral é tratado neste artigo como um conjunto de posições sobre costumes e temas sociais. O autoritarismo corresponde a atitudes relacionadas à autoridade política, às instituições democráticas e ao papel das Forças Armadas. A ideologia corresponde ao autoposicionamento do entrevistado na escala esquerda-direita. A separação entre essas dimensões permite verificar se cada uma mantém associação com o voto quando considerada junto às demais.

A religião também exige diferenciação interna. Pertencimento evangélico informa a identificação religiosa do entrevistado, enquanto frequência religiosa mede a regularidade da participação em atividades religiosas. A confiança na Igreja Evangélica corresponde a outra dimensão, relacionada à avaliação de uma instituição religiosa. Essas medidas podem apresentar relações distintas com o comportamento eleitoral.

Essa distinção encontra apoio em estudos sobre a eleição de 2018. Ferreira e Fuks (2021) identificaram associação entre frequência a cultos e voto evangélico em Bolsonaro e analisaram a frequência religiosa como um mecanismo relacionado à escolha eleitoral. Luz (2025), utilizando dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) de 2019, examinou as relações entre religião, ideologia conservadora, antipetismo e voto em Bolsonaro. Os dois trabalhos mostram que o vínculo entre religião e comportamento eleitoral pode envolver diferentes dimensões religiosas e políticas.

Os estudos de Bohn (2004) e Ferreira e Fuks (2021) permitem distinguir diferentes dimensões da relação entre religião e comportamento eleitoral, especialmente o pertencimento religioso e a frequência às atividades religiosas. Luz (2025), por sua vez, examina as relações entre religião, ideologia conservadora, antipetismo e voto em Bolsonaro, evidenciando a

importância de considerar essas dimensões conjuntamente. A partir dessas contribuições, o presente artigo examina o pertencimento evangélico, a frequência religiosa e a confiança na Igreja Evangélica como indicadores distintos, incorporados aos modelos de regressão logística juntamente com conservadorismo moral, atitudes autoritárias e autoposicionamento ideológico. Essa estratégia permite verificar a permanência das associações entre religiosidade e voto após a inclusão das demais variáveis políticas.

3 METODOLOGIA

A análise utiliza os microdados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018 e 2022 (Centro de Estudos de Opinião Pública, 2018, 2022), *surveys* nacionais pós-eleitorais realizados pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP/Unicamp) e vinculados ao *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES). A edição de 2018 contém 2.506 entrevistas e a de 2022, 2.001.

A variável dependente corresponde ao voto declarado no segundo turno das eleições presidenciais. Foram considerados apenas os entrevistados que declararam voto em um dos dois candidatos. A variável foi codificada como 1 para Jair Bolsonaro e 0 para Fernando Haddad, em 2018, e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022.

A religiosidade foi medida por três variáveis. A primeira identifica os entrevistados que se declararam evangélicos. A segunda corresponde à frequência religiosa, recodificada para que valores maiores representem maior frequência. A terceira mede a confiança na Igreja Evangélica, também recodificada de modo que valores maiores indiquem maior confiança. As três variáveis foram mantidas separadamente porque representam dimensões distintas da religiosidade.

O conservadorismo moral foi construído a partir das questões disponíveis em cada edição do ESEB. Em 2018, o indicador reúne seis itens relacionados a posições sobre costumes, minorias e políticas de reconhecimento. Em 2022, reúne sete itens relacionados a casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção por casais homossexuais, descriminalização das drogas, legalização do aborto, presença de religião nas escolas públicas, militarização das escolas e medidas destinadas à representação política das mulheres. Os itens foram recodificados para que valores maiores correspondessem a posições mais conservadoras e agregados em um indicador médio. A consistência interna foi de aproximadamente 0,60 em 2018 e 0,70 em 2022.

A diferença na composição dos indicadores impede tratá-los como uma mesma escala aplicada nas duas pesquisas.

As atitudes autoritárias também foram medidas por indicadores específicos para cada edição. Em 2018, foram utilizadas questões relacionadas à aceitação de um líder forte que não siga as regras, confiança nas Forças Armadas e posições sobre democracia e instituições representativas. Em 2022, o indicador reúne questões sobre liderança forte, confiança nas Forças Armadas, funcionamento da democracia sem partidos ou Congresso e circunstâncias nas quais um golpe militar seria considerado justificável.

Os testes de consistência interna indicaram baixa homogeneidade entre algumas das questões disponíveis, principalmente em 2018. Por essa razão, essas variáveis são tratadas como indicadores compostos de atitudes autoritárias e não como escalas psicométricas equivalentes entre as duas edições. Seus coeficientes são interpretados dentro de cada eleição.

A ideologia foi medida pelo autoposicionamento do entrevistado na escala esquerda-direita disponível nas duas pesquisas. Valores maiores correspondem a posições mais à direita. Respostas sem posicionamento válido foram tratadas como ausentes.

Os indicadores de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia foram padronizados separadamente em cada edição do ESEB. Uma unidade corresponde, portanto, a um desvio-padrão da respectiva variável. Essa transformação permite interpretar os *odds ratios* das três medidas em uma unidade comum dentro de cada eleição. A padronização não torna os indicadores de 2018 e 2022 equivalentes.

Os modelos incluem como controles sexo, idade, escolaridade, renda domiciliar e região. Mulheres constituem a categoria de referência para sexo e o Nordeste para região. A idade foi dividida por dez, de modo que seu coeficiente corresponde à variação associada a dez anos. Escolaridade e renda foram mantidas segundo a ordenação das categorias disponíveis nos bancos.

Foi utilizada uma amostra analítica constante dentro de cada eleição. Foram mantidos os entrevistados com voto válido em um dos dois candidatos do segundo turno e informação válida para todas as variáveis incluídas no modelo completo. Esse procedimento evita que a entrada de novas variáveis altere simultaneamente a especificação do modelo e o conjunto de entrevistados analisados. A amostra final é de 990 entrevistados em 2018 e 895 em 2022. Os

modelos de 2022 utilizam a variável de ponderação fornecida pelo ESEB. Em 2018, a variável de peso disponível no banco é constante.

Foram estimados cinco modelos de regressão logística para cada eleição. O Modelo 1 contém os controles sociodemográficos. O Modelo 2 acrescenta as três medidas de religiosidade. O Modelo 3 inclui o indicador de conservadorismo moral. O Modelo 4 adiciona as atitudes autoritárias. O Modelo 5 acrescenta o autoposicionamento ideológico.

Os resultados são apresentados como razões de chances (*odds ratios*), com intervalos de confiança de 95% e valores de p. Para conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia, os *odds ratios* correspondem à variação associada ao aumento de um desvio-padrão. Valores superiores a 1 indicam aumento das *odds* de voto em Bolsonaro e valores inferiores a 1 indicam redução, mantidas constantes as demais variáveis do modelo.

A entrada sucessiva das variáveis permite observar a permanência das associações e as alterações nos coeficientes entre as especificações. Essas alterações não são interpretadas como efeitos de mediação. Os modelos são observacionais e não permitem estabelecer relações causais entre religiosidade, atitudes políticas e voto.

Os modelos de 2018 e 2022 foram estimados separadamente. As diferenças entre os *odds ratios* dos dois anos são utilizadas para comparação descritiva dos resultados. Como não foi estimado um modelo conjunto com interações entre ano e variáveis explicativas, diferenças na magnitude dos coeficientes não constituem testes estatísticos de mudança entre as eleições.

4 RESULTADOS

4.1 Religiosidade e voto

A primeira etapa da análise examina a associação entre características sociodemográficas, religiosidade e voto no segundo turno. Os Modelos 1 e 2 mantêm a mesma amostra que será utilizada nas especificações seguintes. Em 2018, são analisados 990 entrevistados. Em 2022, a amostra é de 895 casos. Essa opção mantém constante a composição da amostra quando novas variáveis são acrescentadas aos modelos.

A Tabela 1 apresenta o primeiro modelo para 2018. Homens tinham *odds* 67% maiores de voto em Bolsonaro quando comparados às mulheres, mantidas constantes as demais

variáveis. A renda também tem associação positiva com o voto. Cada aumento de uma categoria na escala de renda corresponde a *odds* 29% maiores. Idade e escolaridade não atingem $p < 0,05$.

Tabela 1 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 1, 2018

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,67	1,27–2,19	<0,001
IDADE, 10 ANOS	1,05	0,95–1,16	0,307
ESCOLARIDADE	1,04	0,97–1,12	0,265
RENDA	1,29	1,11–1,49	0,001
NORTE	2,69	1,68–4,32	<0,001
SUDESTE	3,03	2,17–4,25	<0,001
SUL	2,39	1,57–3,62	<0,001
CENTRO-OESTE	3,49	1,87–6,50	<0,001
N	990		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2018.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Haddad = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. OR = *odds ratio*. IC 95% = intervalo de confiança de 95%.

As diferenças regionais também aparecem no Modelo 1. Em relação ao Nordeste, todas as demais regiões têm *odds* maiores de voto em Bolsonaro. Os ORs variam de 2,39 no Sul a 3,49 no Centro-Oeste. Esses resultados são compatíveis com a distribuição territorial do voto

presidencial de 2018, marcada por menor apoio a Bolsonaro no Nordeste. O controle por região é necessário para a análise da religiosidade porque pertencimento religioso e comportamento eleitoral não se distribuem de maneira uniforme pelo território nacional.

Tabela 2 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 2, 2018

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,90	1,43–2,52	<0,001
IDADE, 10 ANOS	1,09	0,98–1,21	0,099
ESCOLARIDADE	1,06	0,99–1,14	0,120
RENDA	1,32	1,13–1,53	<0,001
NORTE	2,47	1,52–4,02	<0,001
SUDESTE	2,88	2,04–4,08	<0,001
SUL	2,62	1,70–4,02	<0,001
CENTRO-OESTE	2,85	1,50–5,39	0,001
EVANGÉLICO	1,79	1,28–2,51	0,001
FREQUÊNCIA RELIGIOSA	2,03	1,27–3,25	0,003
CONFIANÇA NA IGREJA EVANGÉLICA	1,80	1,16–2,80	0,009
N	990		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2018.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Haddad = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. Frequência religiosa e confiança na Igreja Evangélica variam de 0 a 1, com valores maiores correspondendo, respectivamente, a maior frequência e maior confiança. OR = *odds ratio*. IC 95% = intervalo de confiança de 95%.

O Modelo 2 acrescenta pertencimento evangélico, frequência religiosa e confiança na Igreja Evangélica. As três variáveis têm associação com o voto em Bolsonaro em 2018. O pertencimento evangélico tem OR de 1,79. Entre entrevistados com as mesmas características incluídas no modelo, evangélicos tinham *odds* 79% maiores de voto em Bolsonaro do que entrevistados pertencentes às demais categorias religiosas.

O resultado do pertencimento religioso pode ser relacionado à análise de Bohn (2004). Com dados do ESEB 2002, a autora encontrou diferenças entre evangélicos e outros grupos religiosos em opiniões políticas e posições conservadoras. Os resultados de 2018 mostram que a identificação evangélica continuava associada ao comportamento eleitoral após o controle por sexo, idade, escolaridade, renda e região. A associação também permanece quando frequência religiosa e confiança na Igreja Evangélica entram no mesmo modelo.

A frequência religiosa tem OR de 2,03. Como a variável varia de 0 a 1, esse coeficiente compara os extremos da escala e não deve ser interpretado como aumento associado à participação em um culto adicional. A direção da associação é compatível com Ferreira e Fuks (2021), que analisaram a frequência a cultos como um dos mecanismos relacionados ao voto evangélico em Bolsonaro em 2018. Os autores partem da exposição dos frequentadores às mensagens transmitidas em espaços religiosos. Os resultados apresentados aqui não testam esse mecanismo. Eles mostram que maior frequência religiosa está associada a maiores *odds* de voto em Bolsonaro mesmo quando pertencimento evangélico e confiança na Igreja Evangélica são considerados no modelo.

A confiança na Igreja Evangélica também tem associação positiva, com OR de 1,80. Pertencimento, frequência e confiança, por isso, não produzem resultados idênticos no modelo. Um entrevistado pode pertencer a uma denominação evangélica, participar com maior ou menor regularidade de atividades religiosas e atribuir diferentes níveis de confiança às instituições religiosas. A separação das três variáveis evita tratar essas dimensões como uma única medida de religiosidade.

Essa distinção também limita uma interpretação homogênea do eleitorado evangélico. Burity (2020) analisa a formação de uma nova direita cristã no período posterior ao *impeachment* e chama atenção para a relação entre atores religiosos, representação política e agendas conservadoras. O autor não reduz os evangélicos a um bloco eleitoral uniforme. Os resultados de 2018 são compatíveis com essa cautela. O pertencimento evangélico tem associação própria com o voto, mas frequência e confiança também apresentam coeficientes diferentes de zero.

Em 2022, o Modelo 1 mantém parte das diferenças observadas quatro anos antes, mas há alterações entre os controles sociodemográficos. Sexo não atinge $p < 0,05$. Idade, escolaridade e renda também não atingem esse nível no primeiro modelo. As diferenças regionais permanecem mais claras para Sudeste, Sul e Centro-Oeste em relação ao Nordeste.

Tabela 3 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 1, 2022

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,23	0,94–1,61	0,136
IDADE, 10 ANOS	1,01	0,91–1,11	0,913
ESCOLARIDADE	1,06	0,99–1,14	0,074
RENDA	1,09	0,99–1,19	0,074
NORTE	1,47	0,83–2,61	0,182
SUDESTE	2,60	1,86–3,63	<0,001
SUL	1,93	1,25–2,99	0,003

CENTRO-OESTE	1,92	1,07–3,42	0,028
N	895		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2022.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Lula = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. As estimativas utilizam o peso amostral do ESEB 2022. OR = *odds ratio*. IC 95% = intervalo de confiança de 95%.

A inclusão das variáveis religiosas modifica parte desse resultado. No Modelo 2, pertencimento evangélico e confiança na Igreja Evangélica estão associados ao voto em Bolsonaro. A frequência religiosa, isolada das outras duas dimensões, não atinge $p < 0,05$.

Tabela 4 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 2, 2022

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,36	1,01–1,82	0,043
IDADE, 10 ANOS	1,08	0,97–1,20	0,159
ESCOLARIDADE	1,13	1,05–1,21	0,002
RENDA	1,12	1,01–1,23	0,031
NORTE	1,46	0,78–2,71	0,236
SUDESTE	2,71	1,89–3,88	<0,001
SUL	2,05	1,28–3,29	0,003
CENTRO-OESTE	2,26	1,21–4,24	0,011

EVANGÉLICO	2,07	1,46–2,93	<0,001
FREQUÊNCIA RELIGIOSA	1,20	0,76–1,91	0,436
CONFIANÇA NA IGREJA EVANGÉLICA	4,90	3,16–7,59	<0,001
N	895		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2022.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Lula = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. Frequência religiosa e confiança na Igreja Evangélica variam de 0 a 1, com valores maiores correspondendo, respectivamente, a maior frequência e maior confiança. As estimativas utilizam o peso amostral do ESEB 2022. OR = *odds ratio*. IC 95% = intervalo de confiança de 95%.

O pertencimento evangélico tem OR de 2,07 em 2022. A associação encontrada em 2018, por isso, também aparece quatro anos depois. Esse resultado não permite concluir que a religião tenha produzido o voto, mas mostra que a diferença entre evangélicos e os demais entrevistados não se limita à eleição de 2018.

A confiança na Igreja Evangélica tem OR de 4,90. O valor se refere à diferença entre os extremos de uma escala de 0 a 1 e precisa ser lido de acordo com essa codificação. O coeficiente não significa que cada aumento de uma categoria original de confiança multiplique as *odds* por 4,90. O resultado indica que, controladas as demais variáveis do modelo, maior confiança na instituição está associada ao voto em Bolsonaro.

A frequência religiosa segue outro padrão. Seu OR é 1,20, com intervalo de confiança entre 0,76 e 1,91 e p = 0,436. A associação encontrada em 2018 não aparece no Modelo 2 de 2022. Esse resultado ajuda a separar exposição a atividades religiosas de pertencimento e confiança institucional. Em 2022, participar mais de atividades religiosas não distingue os eleitores de Bolsonaro e Lula depois que as outras variáveis do modelo são consideradas.

A diferença entre as três medidas também impede que o voto religioso seja reduzido à intensidade da prática religiosa. Em 2022, pertencimento evangélico e confiança na Igreja Evangélica estão associados ao voto, enquanto frequência religiosa não está. A literatura sobre religião e política brasileira já trata pertencimento, práticas religiosas, posições políticas e

atuação de lideranças como dimensões que podem produzir resultados diferentes. A análise de Burity (2020) sobre a direita cristã e o estudo de Bohn (2004) sobre o comportamento político dos evangélicos ajudam a situar essa separação.

Os Modelos 2 dos dois anos deixam uma questão para as especificações seguintes. A associação entre religiosidade e voto pode coexistir com diferenças de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia. Bohn (2004) já encontrou maior presença de opiniões conservadoras entre evangélicos em comparação com outros grupos religiosos. Rennó (2022), ao analisar o bolsonarismo, identifica sua relação com posições de direita e uma agenda conservadora. A permanência ou alteração dos coeficientes religiosos após a entrada dessas variáveis será examinada nos Modelos 3, 4 e 5.

4.2 Conservadorismo moral e atitudes autoritárias

Os Modelos 3 e 4 examinam se as associações observadas para religiosidade permanecem quando são consideradas posições sobre questões morais e atitudes relacionadas à autoridade e às instituições democráticas. Essa etapa permite separar dimensões que aparecem associadas na literatura sobre o eleitorado de direita, mas que não devem ser tratadas como equivalentes. Bohn (2004) identificou maior presença de opiniões conservadoras entre evangélicos já no ESEB 2002. Quadros e Madeira (2018), ao estudarem a atuação parlamentar entre 2010 e 2017, encontraram uma associação entre setores da bancada evangélica e a representação explícita de posições conservadoras. Esses trabalhos justificam analisar pertencimento religioso e conservadorismo como variáveis distintas.

Em 2018, a entrada do conservadorismo moral no Modelo 3 não elimina as associações das três medidas de religiosidade. O índice de conservadorismo tem OR de 1,55. Como a variável foi padronizada, o coeficiente indica que o aumento de um desvio-padrão no índice corresponde a *odds* 55% maiores de voto em Bolsonaro, mantidas constantes as demais variáveis.

Tabela 5 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 3, 2018

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,87	1,40–2,50	<0,001
IDADE, 10 ANOS	1,05	0,94–1,17	0,378

ESCOLARIDADE	1,09	1,01–1,17	0,025
RENDA	1,36	1,16–1,59	<0,001
NORTE	2,51	1,52–4,15	<0,001
SUDESTE	2,88	2,01–4,12	<0,001
SUL	2,55	1,63–3,98	<0,001
CENTRO-OESTE	2,87	1,48–5,57	0,002
EVANGÉLICO	1,93	1,36–2,73	<0,001
FREQUÊNCIA RELIGIOSA	1,87	1,15–3,04	0,012
CONFIANÇA NA IGREJA EVANGÉLICA	1,51	0,96–2,39	0,076
CONSERVADORISMO MORAL, 1 DP	1,55	1,34–1,80	<0,001
N	990		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2018.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Haddad = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. DP = desvio-padrão. O OR do conservadorismo moral corresponde ao aumento de um desvio-padrão no índice.

A associação entre conservadorismo moral e voto é coerente com a literatura que localiza pautas morais entre os componentes da reorganização da direita brasileira. Quadros e Madeira (2018) encontraram, no plano da representação parlamentar, atores que passaram a mobilizar abertamente categorias ligadas à direita e ao conservadorismo, com presença de integrantes da bancada evangélica nesse grupo. O resultado do ESEB 2018 observa outro nível de análise, o eleitor individual. Mesmo nessa diferença, os dados indicam que posições morais conservadoras estão associadas ao voto em Bolsonaro.

O resultado também ajuda a qualificar a relação entre religião e conservadorismo. A entrada do índice não elimina a associação do pertencimento evangélico. Seu OR passa de 1,79 no Modelo 2 para 1,93 no Modelo 3. A frequência religiosa também permanece associada ao voto, com OR de 1,87. A confiança na Igreja Evangélica passa a p = 0,076. Esses resultados não sustentam uma interpretação na qual a associação entre religião e voto em 2018 possa ser reduzida às posições morais dos entrevistados.

Esse ponto é relevante diante dos resultados de Bohn (2004). A autora encontrou maior presença de opiniões conservadoras entre evangélicos, mas religião e conservadorismo não são conceitos intercambiáveis. Os modelos de 2018 mostram essa diferença empiricamente. O

conservadorismo moral está associado ao voto, enquanto pertencimento evangélico e frequência religiosa mantêm associações próprias depois que o índice entra na regressão.

O Modelo 4 acrescenta o indicador de atitudes autoritárias. O OR é de 1,56 para o aumento de um desvio-padrão. O conservadorismo moral permanece associado ao voto, com OR de 1,43. Pertencimento evangélico e frequência religiosa também permanecem associados.

Tabela 6 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 4, 2018

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,70	1,26–2,29	<0,001
IDADE, 10 ANOS	1,06	0,95–1,19	0,300
ESCOLARIDADE	1,10	1,02–1,19	0,014
RENDA	1,41	1,19–1,66	<0,001
NORTE	2,47	1,48–4,13	0,001
SUDESTE	2,88	1,99–4,16	<0,001
SUL	2,56	1,62–4,05	<0,001
CENTRO-OESTE	2,85	1,45–5,59	0,002
EVANGÉLICO	2,06	1,44–2,95	<0,001
FREQUÊNCIA RELIGIOSA	1,94	1,18–3,19	0,009
CONFIANÇA NA IGREJA EVANGÉLICA	1,35	0,84–2,16	0,214
CONSERVADORISMO MORAL, 1 DP	1,43	1,23–1,66	<0,001
ATITUDES AUTORITÁRIAS, 1 DP	1,56	1,34–1,82	<0,001
N	990		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2018.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Haddad = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. DP = desvio-padrão. Os ORs de conservadorismo moral e atitudes autoritárias correspondem ao aumento de um desvio-padrão nos respectivos indicadores.

O resultado das atitudes autoritárias é compatível com estudos que associam o apoio a Bolsonaro a posições sobre autoridade, ordem e instituições democráticas. Rennó (2022) identifica posições favoráveis a alternativas antidemocráticas entre os componentes políticos associados ao bolsonarismo. O indicador utilizado aqui não é idêntico às medidas de Rennó e não deve ser tratado como reprodução de seu estudo. Os resultados apontam na mesma direção

ao mostrar que atitudes autoritárias estão associadas ao voto em Bolsonaro em 2018 mesmo após o controle pelo conservadorismo moral e pelas variáveis religiosas.

A entrada do indicador também modifica de maneira desigual as medidas de religiosidade. O pertencimento evangélico permanece associado ao voto, com OR de 2,06. A frequência religiosa tem OR de 1,94. A confiança na Igreja Evangélica, que já havia passado a p = 0,076 no Modelo 3, apresenta OR de 1,35 e p = 0,214 no Modelo 4. Não há base nesses modelos para afirmar que atitudes autoritárias mediam a relação entre confiança religiosa e voto. O resultado permite apenas registrar que a associação da confiança deixa de atingir p < 0,05 quando as demais variáveis são consideradas.

Os dados de 2018 também indicam que conservadorismo moral e atitudes autoritárias não devem ser reunidos em uma única dimensão. Os dois indicadores permanecem associados ao voto quando aparecem simultaneamente no Modelo 4. Esse resultado é compatível com a distinção feita por Rennó (2022) entre diferentes componentes do bolsonarismo, entre eles posições conservadoras sobre questões culturais e apoio a alternativas antidemocráticas.

Em 2022, a entrada do conservadorismo moral produz um resultado mais pronunciado no Modelo 3. O OR é de 2,67 por desvio-padrão. O pertencimento evangélico permanece associado ao voto, com OR de 1,71, e a confiança na Igreja Evangélica apresenta OR de 2,87. A frequência religiosa continua sem atingir p < 0,05.

Tabela 7 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 3, 2022

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,15	0,84–1,58	0,376
IDADE, 10 ANOS	0,95	0,84–1,07	0,391
ESCOLARIDADE	1,25	1,15–1,36	<0,001
RENDA	1,23	1,10–1,37	<0,001
NORTE	1,48	0,76–2,88	0,247
SUDESTE	2,76	1,87–4,07	<0,001
SUL	2,01	1,23–3,30	0,005
CENTRO-OESTE	2,24	1,15–4,36	0,018
EVANGÉLICO	1,71	1,17–2,50	0,006
FREQUÊNCIA RELIGIOSA	0,77	0,47–1,25	0,289
CONFIANÇA NA IGREJA EVANGÉLICA	2,87	1,81–4,55	<0,001

CONSERVADORISMO MORAL, 1 DP	2,67	2,18–3,27	<0,001
N	895		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2022.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Lula = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. As estimativas utilizam o peso amostral do ESEB 2022. DP = desvio-padrão. O OR do conservadorismo moral corresponde ao aumento de um desvio-padrão no índice.

A associação entre conservadorismo moral e voto em 2022 encontra correspondência direta na interpretação de Rennó (2022). O autor define o bolsonarismo como um alinhamento eleitoral de direita relacionado a uma agenda conservadora e identifica entre seus componentes posições contrárias a pautas progressistas de gênero e a políticas de inclusão por cotas. O índice utilizado na presente análise inclui questões sobre gênero, casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção por casais do mesmo sexo, aborto e outras pautas morais. Embora as medidas não sejam idênticas, o resultado do ESEB segue a relação entre posições conservadoras e apoio eleitoral a Bolsonaro descrita por Rennó.

A permanência do pertencimento evangélico no Modelo 3 também exige cautela com uma explicação exclusivamente moral do voto religioso. O OR do pertencimento evangélico diminui em relação ao Modelo 2, de 2,07 para 1,71, mas continua associado ao voto. A confiança na Igreja Evangélica também permanece associada. Os dados permitem afirmar que conservadorismo moral e religiosidade estão relacionados ao voto quando considerados simultaneamente. Não permitem determinar, por essa sequência de regressões, qual relação causal existe entre religião, formação de posições morais e decisão eleitoral.

O Modelo 4 de 2022 acrescenta as atitudes autoritárias. O indicador apresenta OR de 2,34 por desvio-padrão. O conservadorismo moral permanece associado ao voto, com OR de 2,01. A inclusão das atitudes autoritárias reduz a magnitude estimada para o conservadorismo, mas as duas variáveis permanecem associadas ao voto no mesmo modelo.

Tabela 8 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 4, 2022

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,21	0,86–1,69	0,275

IDADE, 10 ANOS	0,99	0,87–1,13	0,888
ESCOLARIDADE	1,23	1,12–1,34	<0,001
RENDA	1,25	1,11–1,40	<0,001
NORTE	1,41	0,71–2,81	0,326
SUDESTE	2,69	1,79–4,05	<0,001
SUL	1,95	1,17–3,27	0,011
CENTRO-OESTE	2,13	1,07–4,25	0,032
EVANGÉLICO	1,90	1,27–2,84	0,002
FREQUÊNCIA RELIGIOSA	0,76	0,45–1,27	0,293
CONFIANÇA NA IGREJA EVANGÉLICA	2,19	1,35–3,55	0,002
CONSERVADORISMO MORAL, 1 DP	2,01	1,62–2,49	<0,001
ATITUDES AUTORITÁRIAS, 1 DP	2,34	1,94–2,83	<0,001
N	895		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2022.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Lula = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. As estimativas utilizam o peso amostral do ESEB 2022. DP = desvio-padrão. Os ORs de conservadorismo moral e atitudes autoritárias correspondem ao aumento de um desvio-padrão nos respectivos indicadores.

O resultado de 2022 aproxima-se da descrição de Rennó (2022) sobre a coexistência de uma agenda conservadora e posições antidemocráticas entre componentes do bolsonarismo. No ESEB, conservadorismo moral e atitudes autoritárias apresentam associações próprias com o voto quando estimados no mesmo modelo. O resultado não implica que sejam dimensões independentes em sentido causal ou psicométrico. Ele indica que a presença de uma delas no modelo não elimina a associação estimada para a outra.

As medidas religiosas novamente seguem trajetórias diferentes. O pertencimento evangélico tem OR de 1,90 no Modelo 4. A confiança na Igreja Evangélica apresenta OR de 2,19. A frequência religiosa permanece sem associação, com OR de 0,76 e p = 0,293. O resultado reforça a distinção encontrada no Modelo 2 de 2022. A relação entre religião e voto aparece no pertencimento evangélico e na confiança institucional, mas não na frequência às atividades religiosas.

A comparação descritiva dos Modelos 3 e 4 dos dois anos mostra duas regularidades. Conservadorismo moral está associado ao voto em Bolsonaro em 2018 e 2022. O mesmo ocorre com os indicadores de atitudes autoritárias. As magnitudes não devem ser comparadas como medida de aumento ou redução entre as eleições porque os indicadores foram construídos com itens diferentes em cada edição do ESEB.

Os resultados também permitem delimitar a relação entre religião e essas atitudes. A literatura registra afinidades entre segmentos evangélicos e posições conservadoras desde antes do bolsonarismo, como mostra Bohn (2004), e Quadros e Madeira (2018) identificam essa aproximação no plano da representação parlamentar. Nos modelos estimados aqui, a inclusão do conservadorismo moral e das atitudes autoritárias não elimina a associação do pertencimento evangélico com o voto em nenhum dos dois anos. Em 2022, a confiança na Igreja Evangélica também permanece associada após a entrada dessas variáveis. Em 2018, essa associação deixa de atingir $p < 0,05$.

O passo seguinte é verificar o comportamento dessas associações quando o autoposicionamento ideológico entra na regressão. Essa especificação é particularmente relevante diante da caracterização de Rennó (2022) do bolsonarismo como alinhamento eleitoral de direita. O Modelo 5 permite verificar se religiosidade, conservadorismo moral e atitudes autoritárias permanecem associados ao voto quando entrevistados situados em diferentes posições da escala esquerda-direita são comparados.

4.3 Ideologia e voto em Bolsonaro

O Modelo 5 acrescenta o autoposicionamento ideológico às variáveis utilizadas nas especificações anteriores. Conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia são mantidos como variáveis distintas. Essa separação permite verificar se posições sobre questões morais e instituições políticas continuam associadas ao voto entre entrevistados situados em posições semelhantes na escala esquerda-direita.

Em 2018, o autoposicionamento à direita tem OR de 2,06. O aumento de um desvio-padrão na escala ideológica corresponde a *odds* 106% maiores de voto em Bolsonaro, mantidas constantes as demais variáveis. O intervalo de confiança varia de 1,76 a 2,42 e o coeficiente tem $p < 0,001$.

Tabela 9 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 5, 2018

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,80	1,31–2,47	<0,001
IDADE, 10 ANOS	1,06	0,94–1,19	0,349
ESCOLARIDADE	1,13	1,04–1,22	0,003
RENDA	1,46	1,23–1,74	<0,001
NORTE	2,42	1,42–4,12	0,001
SUDESTE	2,77	1,88–4,08	<0,001
SUL	2,54	1,58–4,09	<0,001
CENTRO-OESTE	2,77	1,38–5,55	0,004
EVANGÉLICO	2,07	1,42–3,02	<0,001
FREQUÊNCIA RELIGIOSA	1,88	1,12–3,15	0,016
CONFIANÇA NA IGREJA EVANGÉLICA	1,22	0,75–1,98	0,428
CONSERVADORISMO MORAL, 1 DP	1,31	1,11–1,54	0,001
ATITUDES AUTORITÁRIAS, 1 DP	1,50	1,27–1,77	<0,001
IDEOLOGIA À DIREITA, 1 DP	2,06	1,76–2,42	<0,001
N	990		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2018.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Haddad = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. DP = desvio-padrão. Os ORs de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia correspondem ao aumento de um desvio-padrão nas respectivas variáveis.

A associação da ideologia com o voto em 2018 é compatível com a interpretação de Rennó (2022) sobre a formação do bolsonarismo como um alinhamento de direita. A eleição de 2018 ocorreu depois de um período em que as atitudes partidárias brasileiras estavam concentradas em grande medida na relação positiva ou negativa com o PT. Samuels e Zucco (2018) mostram que petismo e antipetismo estruturavam parte das atitudes políticas e do comportamento eleitoral antes daquela eleição. O resultado do Modelo 5 acrescenta outra dimensão a esse debate. Mesmo com controles para religião, conservadorismo moral e atitudes autoritárias, a posição declarada na escala esquerda-direita está associada à escolha entre Bolsonaro e Haddad.

Luz (2025) também encontra relação entre ideologia e voto em Bolsonaro em sua análise das eleições de 2018. O autor utiliza dados do LAPOP de 2019 e examina conjuntamente religião, ideologia e antipetismo. A estratégia empírica difere da utilizada aqui, tanto pela fonte dos dados quanto pela especificação dos modelos. Há, mesmo com essas diferenças, um ponto comum entre os resultados. A associação entre religião e voto ocorre em uma eleição na qual divisões ideológicas e atitudes negativas em relação ao PT também participam da estruturação das escolhas eleitorais.

A entrada da ideologia não elimina as associações do conservadorismo moral e das atitudes autoritárias. O primeiro apresenta OR de 1,31 e o segundo, OR de 1,50. O resultado indica que o autoposicionamento esquerda-direita não resume todas as diferenças captadas pelas posições morais e pelas atitudes sobre autoridade e instituições. Entrevistados localizados em posições semelhantes na escala ideológica ainda diferem em suas *odds* de voto em Bolsonaro segundo esses dois indicadores.

Essa permanência é coerente com a definição de bolsonarismo utilizada por Rennó (2022). O autor associa esse alinhamento a uma posição de direita, mas identifica componentes relacionados a questões de gênero, políticas de inclusão, segurança pública e alternativas antidemocráticas. Os resultados do Modelo 5 seguem essa separação. Ideologia, conservadorismo moral e atitudes autoritárias têm associações próprias com o voto quando incluídos na mesma regressão.

As variáveis religiosas apresentam resultados diferentes. O pertencimento evangélico mantém associação com o voto, com OR de 2,07. A frequência religiosa também permanece associada, com OR de 1,88. A confiança na Igreja Evangélica tem OR de 1,22 e $p = 0,428$. Em 2018, a relação entre religião e voto após a entrada da ideologia aparece no pertencimento evangélico e na frequência religiosa, mas não na confiança institucional.

Esse resultado impõe um limite à interpretação de que a relação entre religião e voto em 2018 seria apenas expressão do posicionamento ideológico dos entrevistados. O pertencimento evangélico continua associado ao voto depois que a escala esquerda-direita entra no modelo. O mesmo ocorre com a frequência religiosa. Ao mesmo tempo, a perda da associação da confiança na Igreja Evangélica mostra que as diferentes medidas de religiosidade não seguem a mesma trajetória ao longo das especificações.

A análise de 2022 produz uma associação mais elevada para a ideologia. No Modelo 5, o aumento de um desvio-padrão no autoposicionamento à direita corresponde a OR de 5,05. O intervalo de confiança varia de 3,90 a 6,54 e $p < 0,001$. Esse coeficiente é estimado com conservadorismo moral, atitudes autoritárias, religiosidade e controles sociodemográficos no mesmo modelo.

Tabela 10 – Regressão logística do voto em Bolsonaro no segundo turno, Modelo 5, 2022

VARIÁVEL	OR	IC 95%	P
HOMEM	1,16	0,78–1,72	0,467
IDADE, 10 ANOS	1,05	0,91–1,22	0,487
ESCOLARIDADE	1,33	1,20–1,47	<0,001
RENDA	1,45	1,27–1,65	<0,001
NORTE	1,28	0,60–2,73	0,521
SUDESTE	2,53	1,61–3,97	<0,001
SUL	1,87	1,05–3,32	0,033
CENTRO-OESTE	2,02	0,94–4,33	0,071
EVANGÉLICO	1,63	1,02–2,60	0,040
FREQUÊNCIA RELIGIOSA	0,97	0,53–1,76	0,915
CONFIANÇA NA IGREJA EVANGÉLICA	1,89	1,07–3,33	0,028
CONSERVADORISMO MORAL, 1 DP	1,82	1,41–2,35	<0,001
ATITUDES AUTORITÁRIAS, 1 DP	1,80	1,44–2,25	<0,001
IDEOLOGIA À DIREITA, 1 DP	5,05	3,90–6,54	<0,001
N	895		

Fonte: elaboração própria a partir do ESEB 2022.

Nota: Variável dependente: voto em Bolsonaro = 1 e voto em Lula = 0. Mulheres e Nordeste são as categorias de referência. As estimativas utilizam o peso amostral do ESEB 2022. DP = desvio-padrão. Os ORs de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia correspondem ao aumento de um desvio-padrão nas respectivas variáveis.

A associação encontrada para ideologia em 2022 é consistente com a caracterização de Rennó (2022) do bolsonarismo como alinhamento eleitoral de direita. O resultado não significa que a ideologia explique sozinha o voto. Conservadorismo moral e atitudes autoritárias continuam associados à escolha eleitoral mesmo depois da inclusão da escala esquerda-direita.

O conservadorismo moral apresenta OR de 1,82 no Modelo 5. O indicador de atitudes autoritárias tem OR de 1,80. A permanência das duas associações indica que indivíduos situados em posições semelhantes na escala ideológica ainda diferem quanto ao voto segundo suas respostas às questões que compõem esses indicadores. Ideologia declarada, posições morais e atitudes sobre autoridade e instituições democráticas captam aspectos diferentes das orientações políticas dos entrevistados.

A inclusão da ideologia também modifica as associações estimadas para religiosidade. O pertencimento evangélico passa de OR de 1,90 no Modelo 4 para 1,63 no Modelo 5 e permanece associado ao voto, com p = 0,040. A confiança na Igreja Evangélica passa de 2,19 para 1,89 e também permanece associada, com p = 0,028. A frequência religiosa continua sem associação, com OR de 0,97 e p = 0,915.

O resultado de 2022 reforça a necessidade de separar as três medidas religiosas. O pertencimento evangélico distingue as *odds* de voto mesmo depois dos controles políticos. A confiança na Igreja Evangélica segue o mesmo padrão. A frequência às atividades religiosas não apresenta associação quando as demais variáveis são mantidas constantes. A relação entre religião e voto, nesse caso, não pode ser descrita simplesmente como resultado de maior intensidade da prática religiosa.

A permanência do pertencimento evangélico no modelo completo também estabelece uma diferença em relação a uma interpretação estrita da hipótese de mediação. Luz (2025), em estudo sobre 2018, formula uma hipótese na qual a adesão religiosa se relaciona ao voto por meio da ideologia conservadora e do antipetismo. Os modelos estimados aqui não são testes de mediação e não incluem antipetismo. Eles mostram outro resultado empírico. Em 2018 e 2022, o pertencimento evangélico permanece associado ao voto mesmo depois da inclusão de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e autoposicionamento ideológico.

Os resultados dos dois anos permitem tratar a ideologia como uma dimensão própria da escolha eleitoral. O OR padronizado é de 2,06 em 2018 e 5,05 em 2022. A diferença numérica entre esses coeficientes é descritiva. Como os modelos foram estimados separadamente, ela não constitui um teste de mudança entre as eleições. Não se pode concluir a partir desses valores, isoladamente, que o efeito da ideologia aumentou entre 2018 e 2022.

Mesmo com essa restrição, há uma diferença observável na estrutura dos resultados. Em 2018, pertencimento evangélico, frequência religiosa, conservadorismo moral, atitudes

autoritárias e ideologia permanecem associados no modelo completo. Em 2022, permanecem pertencimento evangélico, confiança na Igreja Evangélica, conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia. A frequência religiosa não apresenta associação em 2022.

Religião, conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia não aparecem como medidas substitutas de uma mesma orientação política. A inclusão sucessiva dessas variáveis modifica alguns coeficientes, mas várias associações permanecem no Modelo 5. A relação entre religião e voto em Bolsonaro deve ser analisada em conjunto com as divisões ideológicas e as posições políticas dos entrevistados, sem reduzir uma dimensão à outra.

4.4 Religião, conservadorismo e ideologia nas eleições de 2018 e 2022

A comparação entre 2018 e 2022 mostra que a associação entre religião e voto em Bolsonaro não depende de uma única medida de religiosidade. O pertencimento evangélico está associado ao voto nos cinco modelos dos dois anos. No modelo completo, o OR é de 2,07 em 2018 e 1,63 em 2022. A frequência religiosa e a confiança na Igreja Evangélica seguem trajetórias diferentes. A frequência permanece associada ao voto em 2018, enquanto a confiança não apresenta associação no Modelo 5. Em 2022 ocorre o inverso. A confiança permanece associada ao voto, enquanto a frequência não apresenta associação.

Essa diferença ajuda a qualificar uma parte da literatura sobre voto evangélico. Bohn (2004) já mostrava, com dados do ESEB 2002, que os evangélicos apresentavam opiniões mais conservadoras que outros grupos religiosos. A autora também advertia que esse tradicionalismo moral não permitia classificar de maneira direta todo o grupo em um dos polos da escala esquerda-direita. Os resultados das eleições de 2018 e 2022 mantêm essa distinção entre pertencimento religioso, posições morais e ideologia. O pertencimento evangélico continua associado ao voto mesmo quando essas dimensões aparecem simultaneamente nos modelos.

A frequência religiosa merece tratamento separado. Ferreira e Fuks (2021), com dados do LAPOP 2019, encontraram evidências de que a frequência a cultos mediava parte da relação entre pertencimento evangélico e voto em Bolsonaro no primeiro turno de 2018. Os resultados apresentados aqui são compatíveis com a existência de uma associação entre frequência e voto em 2018, mas não reproduzem o teste de mediação dos autores. No Modelo 5, a frequência tem OR de 1,88 e $p = 0,016$. Em 2022, a mesma variável não apresenta associação em nenhuma das especificações que incluem religiosidade. O OR é de 0,97 e $p = 0,915$ no modelo completo.

A ausência dessa associação em 2022 impede estender para os dois pleitos uma explicação baseada na frequência às atividades religiosas. O pertencimento evangélico permanece associado ao voto naquele ano, mas a prática religiosa medida pela frequência não distingue os eleitores de Bolsonaro e Lula depois dos controles. A confiança na Igreja Evangélica, por sua vez, apresenta OR de 1,89 no Modelo 5. Os dados de 2022 apontam, desse modo, para uma relação entre voto, pertencimento evangélico e confiança institucional que não depende da frequência religiosa.

O conservadorismo moral apresenta outro padrão. O índice está associado ao voto em todas as especificações em que é incluído, nos dois anos. No Modelo 5, o aumento de um desvio-padrão corresponde a OR de 1,31 em 2018 e 1,82 em 2022. Esses valores não constituem um teste de aumento da associação entre as eleições. Os índices são compostos por itens diferentes e as regressões foram estimadas separadamente. O resultado comum aos dois anos é a permanência da associação depois do controle por religiosidade, atitudes autoritárias, ideologia e características sociodemográficas.

Essa permanência pode ser relacionada à literatura sobre a reorganização da direita brasileira. Rennó (2022) identifica no bolsonarismo um alinhamento de direita associado a uma agenda conservadora que inclui reação a pautas progressistas de gênero, posições sobre segurança pública e oposição a determinadas políticas de inclusão social. Os resultados do ESEB indicam que as posições morais captadas pelos índices estão associadas ao voto em Bolsonaro tanto em 2018 quanto em 2022. A associação continua presente quando o autoposicionamento esquerda-direita entra na regressão.

As atitudes autoritárias seguem padrão semelhante. O aumento de um desvio-padrão no indicador tem OR de 1,50 em 2018 e 1,80 em 2022 no Modelo 5. A composição dos indicadores varia entre as pesquisas, o que impede tratar a diferença entre os coeficientes como mudança temporal da associação. Em cada eleição, porém, as atitudes autoritárias permanecem associadas ao voto depois do controle pelo conservadorismo moral e pela ideologia.

Rennó (2022) também identifica a adesão a alternativas antidemocráticas entre os componentes do bolsonarismo. Os resultados obtidos com o ESEB seguem essa direção, mas a medida utilizada neste artigo é mais ampla e varia entre as duas ondas. O resultado que pode ser sustentado pelos modelos é mais restrito. Respostas relacionadas à liderança forte,

instituições democráticas, Forças Armadas e, em 2022, justificativas para golpes militares estão associadas ao voto em Bolsonaro mesmo quando outras orientações políticas são consideradas.

A ideologia apresenta associação com o voto nos dois anos. No Modelo 5, o OR padronizado é de 2,06 em 2018 e 5,05 em 2022. Entre as três variáveis políticas padronizadas do modelo completo, a ideologia tem o maior OR em ambos os anos. Essa comparação é válida dentro de cada modelo porque conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia foram expressos em desvios-padrão. Ela não autoriza afirmar que a ideologia tenha se tornado mais importante entre 2018 e 2022 sem um teste específico da diferença entre os anos.

A associação da ideologia é compatível com a definição de Rennó (2022) do bolsonarismo como alinhamento eleitoral de direita. Ela também ajuda a situar os resultados religiosos. Em 2018, pertencimento evangélico e frequência religiosa permanecem associados depois da inclusão da ideologia. Em 2022, pertencimento evangélico e confiança na Igreja Evangélica permanecem associados. A divisão esquerda-direita, por isso, não absorve todas as diferenças religiosas encontradas nos dados.

Esse resultado também permite estabelecer uma diferença em relação ao modelo proposto por Luz (2025). Com dados do LAPOP 2019 e modelos de equações estruturais, o autor analisa o voto no primeiro turno de 2018 e testa a mediação da relação entre religião e voto por ideologia e antipetismo. O presente estudo utiliza outra base, examina o segundo turno e não inclui uma medida de antipetismo. Os resultados não testam a hipótese causal de Luz. Eles mostram que, nas regressões do ESEB, a inclusão do autoposicionamento ideológico não elimina a associação do pertencimento evangélico com o voto.

A comparação entre os dois pleitos também mostra que as dimensões religiosas não são intercambiáveis. Em 2018, a frequência religiosa permanece associada no modelo completo e a confiança na Igreja Evangélica não. Em 2022, a confiança permanece associada e a frequência não. O pertencimento evangélico é a única das três medidas religiosas que permanece associado ao voto no Modelo 5 dos dois anos.

Esse resultado responde à hipótese apresentada na introdução. A associação entre religião e voto em Bolsonaro permanece depois da inclusão de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia, mas sua composição varia entre as eleições. O pertencimento evangélico apresenta associação nos dois anos. As demais dimensões da religiosidade dependem da eleição e da especificação considerada.

Os resultados também mostram que conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia não podem ser tratados como uma única medida de orientação política. As três variáveis permanecem associadas ao voto nos modelos completos de 2018 e 2022. A relação entre religião e voto ocorre junto dessas divisões políticas, mas não desaparece quando elas são consideradas.

A comparação temporal deve permanecer restrita a esse nível. As amostras de 2018 e 2022 são independentes, os indicadores de conservadorismo moral e atitudes autoritárias não têm composição idêntica e não foi estimado um modelo conjunto com interações entre ano e variáveis explicativas. Os resultados permitem identificar associações presentes em cada eleição e comparar seus padrões. Não permitem afirmar, com base apenas nas diferenças entre *odds ratios*, que determinado fator ganhou ou perdeu influência entre 2018 e 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo examinou a relação entre religiosidade, conservadorismo moral, atitudes autoritárias, ideologia e voto em Jair Bolsonaro nos segundos turnos das eleições presidenciais de 2018 e 2022. A análise utilizou os dados do ESEB e estimou cinco modelos de regressão logística para cada eleição. Os resultados permitem responder à questão proposta na introdução. A associação entre religião e voto em Bolsonaro permanece depois da inclusão das demais orientações políticas, mas varia conforme a dimensão da religiosidade e a eleição analisada.

O pertencimento evangélico é a medida religiosa com resultado mais constante. A variável está associada ao voto em Bolsonaro em todas as especificações de 2018 e 2022. No modelo completo, que controla por conservadorismo moral, atitudes autoritárias, ideologia e características sociodemográficas, o OR é de 2,07 em 2018 e 1,63 em 2022. A associação encontrada por Bohn (2004) entre pertencimento evangélico, opiniões políticas e comportamento eleitoral, em um período anterior ao bolsonarismo, continua sendo uma referência para interpretar essa diferença. Os resultados deste artigo indicam que a identificação evangélica mantém associação com a escolha presidencial mesmo quando posições morais e ideológicas são consideradas.

As outras medidas de religiosidade não apresentam a mesma regularidade. Em 2018, a frequência religiosa permanece associada ao voto no modelo completo, com OR de 1,88, enquanto a confiança na Igreja Evangélica deixa de atingir $p < 0,05$. Em 2022, a frequência

religiosa não apresenta associação, enquanto a confiança na Igreja Evangélica permanece associada, com OR de 1,89. Pertencimento, frequência e confiança não podem, por isso, ser utilizados como indicadores intercambiáveis de religiosidade.

O resultado de 2018 pode ser relacionado ao estudo de Ferreira e Fuks (2021), que identificou a frequência a cultos como um dos mecanismos envolvidos na relação entre pertencimento evangélico e voto em Bolsonaro no primeiro turno daquela eleição. A análise feita aqui encontra associação entre frequência e voto no segundo turno de 2018, mas não reproduz o teste de mediação utilizado pelos autores. A ausência dessa associação em 2022 também impede generalizar para as duas eleições uma explicação baseada na frequência a atividades religiosas.

O conservadorismo moral está associado ao voto em Bolsonaro nos dois pleitos. A associação permanece depois da entrada da ideologia e das atitudes autoritárias. No Modelo 5, o aumento de um desvio-padrão no índice corresponde a OR de 1,31 em 2018 e 1,82 em 2022. Esses resultados são compatíveis com a literatura que relaciona o bolsonarismo a posições conservadoras sobre temas políticos. Rennó (2022) identifica entre os componentes desse alinhamento uma reação às pautas progressistas de gênero e oposição a determinadas políticas de inclusão social.

As atitudes autoritárias também permanecem associadas ao voto nos modelos completos. O OR por desvio-padrão é de 1,50 em 2018 e 1,80 em 2022. A composição dos indicadores não é idêntica entre as duas pesquisas, razão pela qual esses valores não medem aumento do autoritarismo entre os eleitores nem permitem concluir que sua associação com o voto tenha crescido. Dentro de cada eleição, os resultados mostram que posições relacionadas à autoridade e às instituições democráticas mantêm associação com o voto mesmo depois da inclusão do conservadorismo moral e da ideologia. Essa relação também aparece na caracterização do bolsonarismo feita por Rennó (2022), que inclui a adesão a alternativas antidemocráticas entre seus componentes.

A ideologia apresenta a maior razão de chances entre as três variáveis políticas padronizadas nos modelos completos. O aumento de um desvio-padrão no autoposicionamento à direita corresponde a OR de 2,06 em 2018 e 5,05 em 2022. Esse resultado é compatível com a definição do bolsonarismo como alinhamento eleitoral de direita proposta por Rennó (2022). A diferença entre os dois coeficientes, porém, não constitui evidência estatística de aumento da

associação entre ideologia e voto. Os modelos foram estimados separadamente e não incluem um teste da diferença entre os anos.

A permanência simultânea de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia também tem implicação para a interpretação desses conceitos. O autoposicionamento esquerda-direita não resume as diferenças captadas pelos outros dois indicadores. Da mesma forma, o conservadorismo moral não deve ser tratado como equivalente ao pertencimento evangélico. Bohn (2004) encontrou maior tendência a opiniões conservadoras entre evangélicos, mas seu estudo já tratava pertencimento religioso, opiniões políticas e posicionamento ideológico como dimensões que exigiam análise própria. Os resultados de 2018 e 2022 seguem essa distinção.

A relação entre religião e voto também não desaparece com a inclusão da ideologia. Em 2018, pertencimento evangélico e frequência religiosa permanecem associados no Modelo 5. Em 2022, permanecem pertencimento evangélico e confiança na Igreja Evangélica. Esse resultado difere de uma interpretação em que a associação religiosa seria inteiramente absorvida pelo posicionamento ideológico. Ele não permite, por outro lado, estabelecer uma relação causal entre religião, formação de atitudes políticas e decisão eleitoral.

Essa restrição é relevante para o diálogo com Luz (2025). O autor analisa o primeiro turno de 2018 com dados do LAPOP 2019 e testa uma hipótese de mediação envolvendo religião, ideologia conservadora e antipetismo. O desenho utilizado neste artigo é diferente. As regressões do ESEB examinam o segundo turno, não incluem antipetismo e não estimam efeitos indiretos. A redução ou permanência de um *odds ratio* entre modelos sucessivos não deve ser interpretada como teste de mediação.

A hipótese formulada no início do artigo recebe apoio parcial. A associação entre religião e voto em Bolsonaro permanece depois da inclusão de conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia. Essa conclusão se aplica de maneira constante ao pertencimento evangélico, mas não às demais medidas religiosas. A ideologia apresentou a maior razão de chances entre as três variáveis políticas padronizadas nos modelos completos de ambas as eleições. As diferenças observadas entre 2018 e 2022, contudo, devem ser interpretadas descritivamente, uma vez que não foram realizados testes estatísticos específicos para verificar mudanças entre os pleitos.

A análise tem outras limitações. Os dados são observacionais e transversais. Não permitem estabelecer a direção causal entre religiosidade, conservadorismo, atitudes

autoritárias, ideologia e voto. Os indicadores de conservadorismo moral e atitudes autoritárias também não têm composição idêntica nas duas edições do ESEB. A consistência interna do índice de conservadorismo moral de 2018 é moderada, enquanto o conjunto utilizado para atitudes autoritárias não constitui uma escala psicométrica equivalente entre os anos. Essas diferenças restringem comparações diretas de magnitude entre 2018 e 2022.

Outra limitação decorre da própria mensuração da religião. A categoria evangélica reúne denominações, igrejas e formas de participação religiosa distintas. Burity (2020) chama atenção para a heterogeneidade interna do campo evangélico e para as diferentes formas de atuação política de atores religiosos. Os dados utilizados aqui permitem distinguir pertencimento, frequência e confiança institucional, mas não permitem examinar com o mesmo nível de detalhe as diferenças denominacionais, a exposição a orientações de lideranças religiosas ou os conteúdos políticos transmitidos nas comunidades religiosas.

Os resultados indicam, por fim, que a relação entre religião e voto em Bolsonaro precisa ser analisada junto às divisões políticas que caracterizaram as duas eleições. O pertencimento evangélico mantém associação própria com o voto, enquanto frequência e confiança variam entre os pleitos. Conservadorismo moral, atitudes autoritárias e ideologia também permanecem associados nos modelos completos. A escolha eleitoral observada em 2018 e 2022 não é descrita adequadamente por uma oposição simples entre religião e ideologia. Nos dados analisados, essas dimensões coexistem e apresentam associações distintas com o voto.

REFERÊNCIAS

BISSIATI, Edson Lugatti Silva. Religião e política no Brasil: o populismo religioso de direita em Jair Bolsonaro. *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, e68096, 2022. DOI: 10.12957/neiba.2022.68096. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/68096. Acesso em: 17 set. 2026.

BOHN, Simone Rodrigues. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, 2004. DOI: 10.1590/S0104-62762004000200006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-62762004000200006. Acesso em: 17 set. 2026.

BURITY, Joanildo. Onda conservadora e surgimento da nova direita cristã brasileira? A conjuntura pós-*impeachment* no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 22, e020015, 2020. DOI: 10.20396/csr.v22i00.13754. Disponível em: https://doi.org/10.20396/csr.v22i00.13754. Acesso em: 17 set. 2026.

BURITY, Joanildo. ¿Un momento populista en la religión? *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 25, e023003, 2023. DOI: 10.20396/csr.v25i00.8673036. Disponível em: https://doi.org/10.20396/csr.v25i00.8673036. Acesso em: 17 set. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA. *Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2018*. Campinas: CESOP/Unicamp, 2018. Banco de dados. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4538 Acesso em: 15 out. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA. *Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2022*. Campinas: CESOP/Unicamp, 2022. Banco de dados. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4680 Acesso em: 15 out. 2026.

FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça; FUKS, Mario. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 34, e238866, 2021. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238866. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238866. Acesso em: 17 set. 2026.

LUZ, Leonardo Neves. Religião, ideologia e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 33, e012, 2025. DOI: 10.1590/1678-98732433e012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-98732433e012. Acesso em: 17 set. 2026.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018. DOI: 10.1590/1807-01912018243486. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486. Acesso em: 17 set. 2026.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 147-163, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36106.009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009. Acesso em: 17 set. 2026.

SAMUELS, David Julian; ZUCCO, Cesar. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans*: voting behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. DOI: 10.1017/9781108553742. Disponível em: https://doi.org/10.1017/9781108553742. Acesso em: 17 set. 2026.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, Ciudad de México, n. 64, p. 223-256, 2017. DOI: 10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56799. Disponível em: https://doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56799. Acesso em: 17 set. 2026.